

# Neoenergia Transmissão S.A.

## Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
BALANÇO PATRIMONIAL .....	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	23
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	26
4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO .....	27
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	27
6. RESULTADO FINANCEIRO.....	28
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES.....	28
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	31
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	32
10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL) .....	33
11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS.....	34
12. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO .....	35
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	35
14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	37
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	38
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	40
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	41

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Transmissão reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

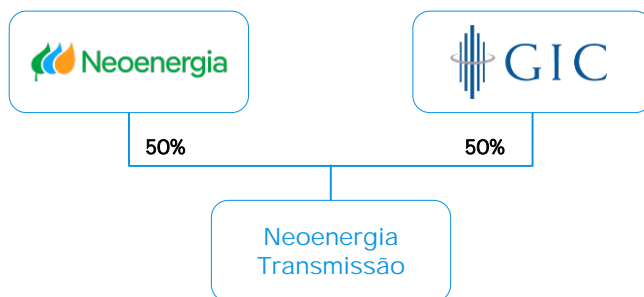
### 1. A NEOENERGIA TRANSMISSÃO.

A Neoenergia Transmissão (“Companhia”), controlada 50% pela Neoenergia S.A. e 50% pela Warrington Investment Pte. Ltd (GIC), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

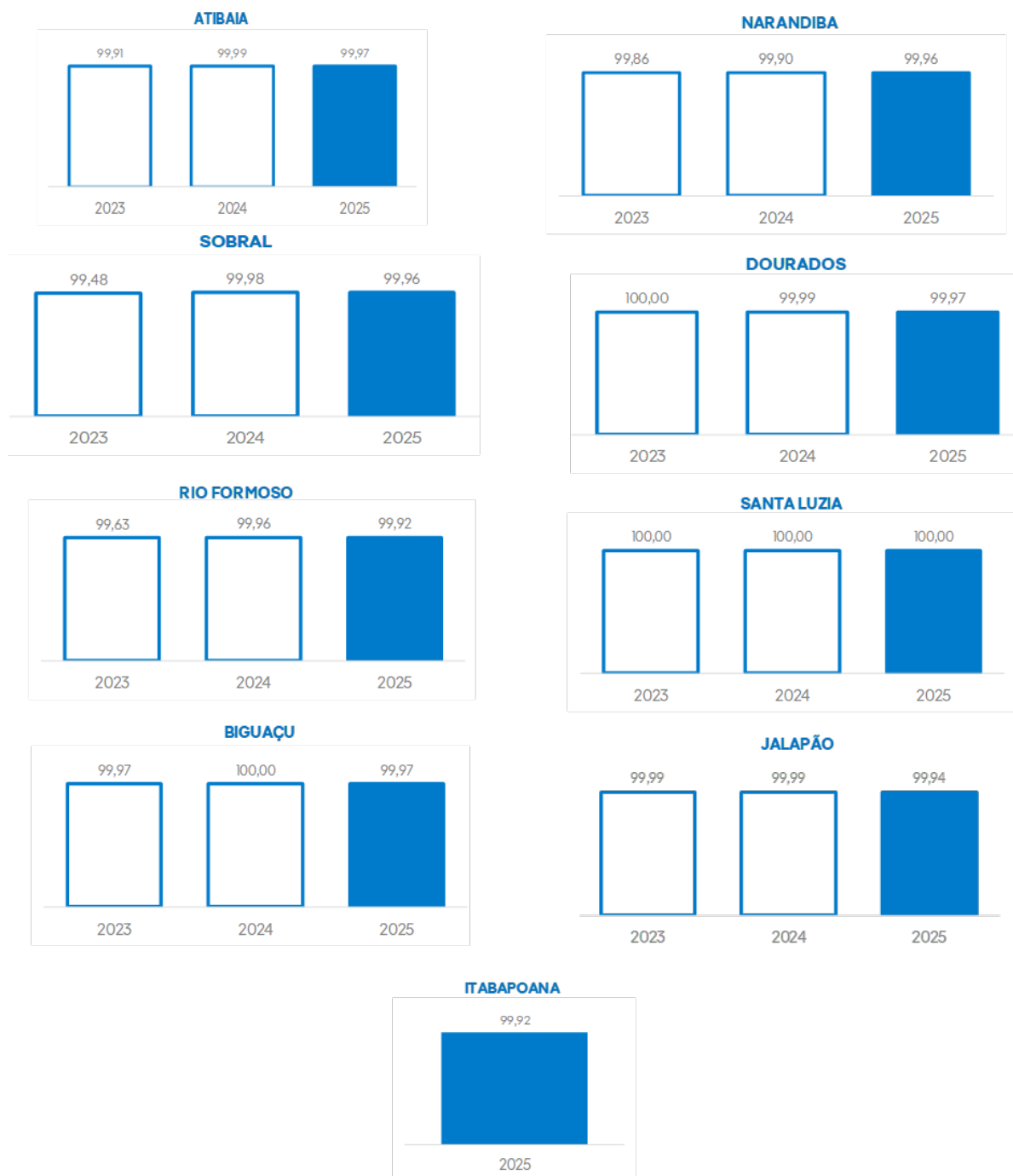
Em 29 de setembro de 2023, ocorreu o *closing* da operação de venda de participação societária de 50% das ações da Neoenergia em oito ativos de transmissão que estavam em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Narandiba e Rio Formoso) para o GIC, anunciada ao mercado em abril de 2023. Com essa venda, houve uma reorganização societária, na qual os ativos adquiridos pelo GIC foram aportados na Holding de Ativos Operacionais (Neoenergia Transmissão), com estrutura de Co-Controle entre os sócios (50%/50%).

Em 7 de agosto de 2025 a Neoenergia anunciou o *closing* da venda de 50% da linha de transmissão de Itabapoana para o fundo de investimento do Unique Power, fundo integralmente detido pela Warrington (GIC), que passou a ter participação em 9 ativos operacionais da Neoenergia. Essa foi a primeira operação realizada após a assinatura do acordo de desenvolvimento firmado entre a Neoenergia e o GIC em 25 de abril de 2023,

reforçando a estratégia de rotação de ativos da Neoenergia com foco na otimização de portfólio com geração de valor, seguindo a disciplina de capital.

Em 2025, a taxa de disponibilidade das controladas ficou acima do limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Disponibilidade Transmissoras (%)



## 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

## 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Empresa	Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema – Gilbués II	3	500kV	416	29/12/2021	09/03/2048
	LT Gilbués II – Barreiras II	2	500kV	312	16/01/2022	09/03/2048
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	1	500kV	124	28/06/2021	09/03/2048
	LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	1	500kV	222	07/11/2021	09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Éguas – Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	202	30/01/2023	20/03/2050
Dourados (EKTT 12)	LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	2	230kV	147	21/07/2020	11/08/2047
	LT Rio Brilhante – Campo Grande 2	1	230kV	148	01/05/2021	11/08/2047
	LT Campo Grande 2 – Imbirussu	2	230kV	52	01/05/2021	11/08/2047
	LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	2	230kV	93	27/12/2020	11/08/2047
	LT Rio Brilhante – Dourados 2	1	230kV	123	03/08/2021	11/08/2047
	LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	47	03/08/2021	11/08/2047
Itabapoana (EKTT 4)	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C1	2	500kV	223	18/06/2024	22/03/2049
	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C2	2	500kV	222	18/06/2024	22/03/2049

## 3.2. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas					
Empresa	Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Santa Luzia (EKTT 02)	SE Santa Luzia II	500kV	-	28/06/2021	09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	SE Rio das Éguas - novo pátio em 230kV cor	500/230kV	600	30/01/2023	20/03/2050
	SE 230/138kV Rio Formoso II	230/138kV	400	30/01/2023	20/03/2050
Dourados (EKTT 12)	SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021	11/08/2047
Atibala (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	500kV	-	20/12/2019	11/08/2047
Bíguaçu (EKTT 14)	SE Bíguaçu (COMPARTILHADA)	525kV	-	18/07/2020	11/08/2047
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	500kV	-	22/01/2020	11/08/2047
	Brumado II	230/138	200	21/09/2014	27/08/2042
Narandiba	Extremoz II	230/69	300	04/07/2015	10/05/2042
	Narandiba	230/69	300	06/06/2011	28/01/2039
Itabapoana (EKTT 4)	SE Campos	500kV	-	23/06/2024	22/03/2049
	SE Mutum	500kV	-	23/06/2024	22/03/2049

#### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é representada pela soma da RAP das 9 empresas controladas, totalizando R\$ 583 milhões. Todas as controladas possuem RAP corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e prazo de concessão de 30 anos, contados a partir da assinatura de seus respectivos contratos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras						
Empresa	Linha de Transmissão / Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema – Gilbués II	100%	185.186	2028	Junho	IPCA
	LT Gilbués II – Barreiras II					
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	100%	84.278	2028	Junho	IPCA
	LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II					
	SE Santa Luzia II					
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230KV Rio das Éguas – Rio Formoso II C1/C2	100%	25.253	2030	Junho	IPCA
	SE Rio das Éguas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV					
	SE 230/138kV Rio Formoso II					
Dourados (EKTT 12)	LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	100%	97.678	2028	Junho	IPCA
	LT Rio Brilhante – Campo Grande 2					
	LT Campo Grande 2 – Imbirussu					
	LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2					
	LT Rio Brilhante Dourados 2					
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados						
SE Dourados 02						
Atibala (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	100%	19.988	2028	Junho	IPCA
Biguaçu (EKTT 14)	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	100%	19.666	2028	Junho	IPCA
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	100%	18.203	2028	Junho	IPCA
	Brumado II	100%	11.502	2028		IPCA
Narandiba	Extremoz II	100%	5.275	2027	Junho	IPCA
	Narandiba	100%	16.984	2029		IPCA
Itabapoana (EKTT 4)	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C1	100%	98.969	2029	Junho	IPCA
	LT 500kV CAMPOS 2 - MUTUM C2					

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

## 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	833.418	575.586	257.832	45%
Custo de construção	(228)	(2.293)	2.065	(90%)
<b>Margem Bruta</b>	<b>833.190</b>	<b>573.293</b>	<b>259.897</b>	<b>45%</b>
(-) Despesas Operacionais	(62.590)	(50.118)	(12.472)	25%
(-) PECLD e Contencioso	(2.030)	3.944	(5.974)	(151%)
<b>EBITDA</b>	<b>768.570</b>	<b>527.119</b>	<b>241.451</b>	<b>46%</b>
Depreciação	(1.538)	(1.306)	(232)	18%
Resultado Financeiro	(192.090)	(151.912)	(40.178)	26%
IR CS	(163.301)	(100.899)	(62.402)	62%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>138.639</b>	<b>51%</b>

A margem bruta da Neoenergia Transmissão foi de R\$ 833.190 mil em 2025, sendo referente à consolidação da margem desses nove ativos operacionais. O incremento de 45% em relação ao ano anterior reflete o ajuste da RAP para o ciclo 2025-2026, além da incorporação de Itabapoana a partir de ago/25.

O custo de construção de 2025 foi de R\$ 228 mil, refletindo os custos de manutenção dos ativos, uma vez que todos estão operacionais.

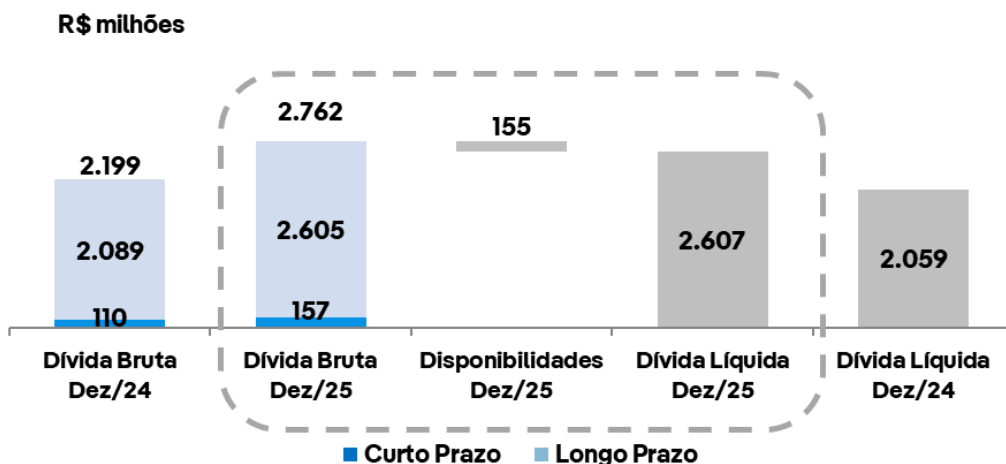
As despesas operacionais totalizaram R\$ 62.590 mil.

O EBITDA encerrou o ano em R\$ 768.570 mil e o lucro líquido em R\$ 411.641 mil.

## 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

## 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida de Neoenergia Transmissão, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.607 milhões (dívida bruta de R\$ 2.762 milhões), apresentando um crescimento de 27% (R\$ 548 milhões) em relação a dezembro de 2024, justificado, principalmente, pela incorporação dos saldos de Itabapoana. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Transmissão possui 94% da dívida contabilizada no longo prazo e 6% no curto prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Transmissão S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissão S.A. e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissão S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissão S.A. sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Neoenergia Transmissão S.A.  
Campinas - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2026

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

**Neoenergia Transmissão S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>833.416</b>	<b>575.586</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Custos</b>		<b>(58.848)</b>	<b>(48.683)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custos de construção		(228)	(2.293)	-	-
Custos de operação	<b>4</b>	(58.620)	(46.390)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>774.568</b>	<b>526.903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>4</b>	(6.308)	(2.021)	(228)	(161)
Perdas de crédito esperadas	<b>8.1</b>	(1.228)	931	-	-
Equivalência Patrimonial	<b>10</b>	-	-	413.674	273.768
<b>Lucro operacional</b>		<b>767.032</b>	<b>525.813</b>	<b>413.446</b>	<b>273.607</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5</b>	<b>(192.090)</b>	<b>(151.912)</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(605)</b>
Receitas financeiras		20.426	35.080	804	2.129
Despesas financeiras		(214.027)	(188.601)	(2.484)	(3.196)
Outros resultados financeiros, líquidos		1.511	1.609	361	462
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>574.942</b>	<b>373.901</b>	<b>412.127</b>	<b>273.002</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(163.301)</b>	<b>(100.899)</b>	<b>(486)</b>	<b>-</b>
Corrente	<b>6.1.1</b>	(6.211)	(3.370)	(486)	-
Diferido	<b>6.1.2</b>	(157.090)	(97.529)	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>	<b>14.2a</b>	<b>0,20</b>	<b>0,15</b>	<b>0,20</b>	<b>0,15</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Neoenergia Transmissão S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	411.641	273.002	411.641	273.002
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Neoenergia Transmissão S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	411.641	273.002	411.641	273.002
<b>Ajustado por:</b>				
Depreciação e amortização	1.772	1.305	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(413.674)	(273.768)
Tributos sobre o lucro	163.301	100.899	486	-
Resultado financeiro, líquido	192.090	151.912	1.319	605
<b>Alterações no capital de giro:</b>				
Contas a receber de clientes e outros	(4.972)	(2.466)	-	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(378.555)	(164.130)	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	597	(6.810)	5	443
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(121)	-	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	36.198	(1.777)	(81)	(9.515)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	1.200	(3.748)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(8.755)	(3.181)	60	-
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>414.396</b>	<b>345.006</b>	<b>(244)</b>	<b>(9.233)</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	202.845	457.747
Encargos de dívidas pagos	(109.386)	(82.076)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	19.431	30.514	860	2.256
Tributos sobre o lucro pagos	(2.930)	(3.654)	(69)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>321.511</b>	<b>289.790</b>	<b>203.392</b>	<b>450.770</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(207)	(2.503)	-	-
Resgate de ações	-	-	-	64.500
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(5.760)	(25.017)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	13.758	36.000	-	-
<b>Caixa gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>7.791</b>	<b>8.480</b>	<b>-</b>	<b>64.500</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Caixa recebido com integralização de ativos (nota 1)	18.499	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	162.000	-	-
Depósitos em garantias	(23.904)	-	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(101.106)	(92.272)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(205.570)	(181.205)	(205.570)	(172.194)
Resgate de ações	-	(396.800)	-	(396.800)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(312.081)</b>	<b>(508.277)</b>	<b>(205.570)</b>	<b>(568.994)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>17.221</b>	<b>(210.007)</b>	<b>(2.178)</b>	<b>(53.724)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.626	309.633	6.669	60.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	116.847	99.626	4.491	6.669
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>				
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	211.784	-	230.283	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia Transmissão S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	116.847	99.626	4.491	6.669
Contas a receber de clientes e outros	8	71.249	56.339	-	-
Títulos e valores mobiliários		35.733	38.594	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	10.900	21.635	3.946	6.132
Outros tributos a recuperar		2.790	1.966	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10.1	-	-	152.841	16.547
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	559.490	436.552	-	-
Outros ativos circulantes		44.526	28.583	-	59
<b>Total do circulante</b>		<b>841.535</b>	<b>683.295</b>	<b>161.278</b>	<b>29.407</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários		2.402	2.107	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	6	107	-	-
Outros tributos a recuperar		160	905	-	-
Depósitos judiciais	13.1.c	42.480	21.305	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	5.926.941	4.746.932	-	-
Outros ativos não circulantes		92	90	-	-
Investimentos	10	-	-	2.230.097	1.929.299
Imobilizado		15.536	15.293	-	-
Intangível		1.270	1.708	-	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>5.988.887</b>	<b>4.788.449</b>	<b>2.230.097</b>	<b>1.929.299</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.830.422</b>	<b>5.471.744</b>	<b>2.391.375</b>	<b>1.958.706</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	53.331	51.800	5	-
Empréstimos e financiamentos	12.2	156.664	109.837	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher	6.1.3	623	433	232	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	10.529	8.746	2.073	2.572
Dividendos a pagar	14.2.b	36.063	9.012	36.063	9.011
Outros passivos		35.572	14.830	-	-
<b>Total do circulante</b>		<b>292.782</b>	<b>194.658</b>	<b>38.373</b>	<b>11.583</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12.2	2.605.256	2.089.350	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	889.750	720.117	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	620.618	465.601	-	-
Provisões	13	68.551	54.519	-	-
Outros passivos		463	376	-	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.184.638</b>	<b>3.329.963</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	2.353.002	1.947.123	2.353.002	1.947.123
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.353.002</b>	<b>1.947.123</b>	<b>2.353.002</b>	<b>1.947.123</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>6.830.422</b>	<b>5.471.744</b>	<b>2.391.375</b>	<b>1.958.706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Neoenergia Transmissão S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

					Consolidado
	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.802.259</b>	<b>19.351</b>	-	<b>125.513</b>	<b>1.947.123</b>
Aumento de capital com integralização de ativos (Nota 1)	230.283	-	-	-	<b>230.283</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	411.641	-	<b>411.641</b>
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	(125.513)	<b>(125.513)</b>
<b>Destinação do lucro líquido:</b>					
Constituição de reserva legal (nota 14.3)	-	20.582	(20.582)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(391.059)	280.527	<b>(110.532)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.032.542</b>	<b>39.933</b>	-	<b>280.527</b>	<b>2.353.002</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.199.059</b>	<b>5.701</b>	-	<b>25.568</b>	<b>2.230.328</b>
Resgate de ações	(396.800)	-	-	-	<b>(396.800)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	273.002	-	<b>273.002</b>
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	(25.568)	<b>(25.568)</b>
<b>Destinação do lucro líquido:</b>					
Constituição de reserva legal (nota 14.3)	-	13.650	(13.650)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(259.352)	125.513	<b>(133.839)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.802.259</b>	<b>19.351</b>	-	<b>125.513</b>	<b>1.947.123</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Neoenergia Transmissão S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

					Controladora
	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.802.259</b>	<b>19.351</b>	-	<b>125.513</b>	<b>1.947.123</b>
Aumento de capital com integralização de ativos (Nota 1)	230.283	-	-	-	<b>230.283</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	411.641	-	<b>411.641</b>
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	(125.513)	<b>(125.513)</b>
<b>Destinação do lucro líquido:</b>					
Constituição de reserva legal (nota 14.3)	-	20.582	(20.582)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(391.059)	280.527	<b>(110.532)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.032.542</b>	<b>39.933</b>	-	<b>280.527</b>	<b>2.353.002</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.199.059</b>	<b>5.701</b>	-	<b>25.568</b>	<b>2.230.328</b>
Redução de capital	(396.800)	-	-	-	<b>(396.800)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	273.002	-	<b>273.002</b>
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	(25.568)	<b>(25.568)</b>
<b>Destinação do lucro líquido:</b>					
Constituição de reserva legal (nota 14.3)	-	13.650	(13.650)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(259.352)	125.513	<b>(133.839)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.802.259</b>	<b>19.351</b>	-	<b>125.513</b>	<b>1.947.123</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Transmissão S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) com sede na Rua Ary Antenor de Souza, 321 – Sala Z – Jardim Nova América, Campinas – SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 22 de abril de 2025, a Companhia e o fundo de investimentos Unique Power, detido pela *Warrington*, firmaram um contrato para a venda de 50% das novas ações da Neoenergia Transmissão S.A. (Neoenergia Transmissão). As novas ações da Neoenergia Transmissão serão emitidas através de aumento de capital, integralizado pela participação acionária de 100% da Companhia na Neoenergia Itabapoana, considerando *equity value* de R\$ 230.283.

Em 7 de agosto de 2025, a Neoenergia S.A e o Unique Power cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação de 5,7% das ações da Neoenergia Transmissão por R\$ 115.142, valor que corresponde à 50% do valor da Itabapoana, utilizada pela Neoenergia S.A. para aumentar o capital social da Neoenergia Transmissão em R\$ 230.283.

Como resultado da transação, a Neoenergia S.A e o GIC, de forma indireta, mantém o controle compartilhado com participação de 50% cada no portfólio de ativos da Companhia, que passou a contar também com Itabapoana.

A seguir a composição dos ativos e passivos que foram aportados:

<b>Balço Patrimonial incorporado da Neoenergia Itabapoana</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	18.499
Contas a receber de clientes e outros	9.927
Depósitos Judiciais	19.450
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	922.431
Outros ativos	7.073
<b>Ativos</b>	<b>977.380</b>
Fornecedores	2.445
Empréstimos e financiamentos	592.899
Impostos e Contribuições a recolher	121.495
Impostos e contribuições sociais diferidos	12.543
Provisões	11.828
Outros passivos não circulantes	5.887
<b>Passivos</b>	<b>747.097</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>230.283</b>

### 1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abarcam medidas relativas a investimento de capital, recursos humanos e tecnologia. Em regra, este direito está limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

As empresas subsidiárias possuem o direito de explorar as seguintes concessões de transmissão de energia elétrica:

<b>Empresa</b>	<b>Estado</b>	<b>Data de Concessão</b>	<b>Data de Vencimento</b>	<b>Ciclo tarifário</b>	<b>Última revisão</b>
SE Narandiba S.A. (Narandiba)	Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2024
SE Narandiba S.A. (SE Extremoz II)	Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2022
SE Narandiba S.A. (SE Brumado II)	Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2023
Neoenergia Sobral	Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Atibaia	São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Biguaçu	Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Dourados	Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Itabapoana	Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais	22/03/2019	22/03/2049 <sup>(1)</sup>	5 anos	2024
Neoenergia Santa Luzia	Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Jalapão	Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Rio Formoso	Bahia	20/03/2020	20/03/2050	5 anos	2025

(1) O Despacho nº 3.162/2025-ANEEL, reconheceu 90 dias adicionais de prazo ao Contrato de Concessão nº 003/2019 da Neoenergia Itabapoana.

## 1.2 Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto à Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

### 1.2.1 Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

#### Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

*Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 12), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e

financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12).

### Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

A Administração gerencia o risco de solvência por meio do monitoramento contínuo da estrutura de capital, adotando uma abordagem prospectiva que considera a continuidade das operações. Esse processo envolve a avaliação e a sensibilização de todos os riscos materiais ou potenciais que possam impactar a estrutura de capital definida e aprovada no plano estratégico da Companhia.

### 1.2.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

#### Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

#### Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

### 1.2.3 Risco regulatório

#### Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

### 1.2.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado	
	Data da vigência	Importância Segurada <sup>(1)</sup>
Risco Operacional <sup>(2)</sup>	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 2.100
Terrorismo	01/06/2026 a 01/06/2026	R\$ 627
Responsabilidade Civil Geral <sup>(3)</sup>	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 100
D&O	17/11/2025 a 17/11/2026	R\$ 60
Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 71
Responsabilidade do explorador ou Transportador Aéreo RETA – Drones	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 69
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 36
Cibersegurança	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 32
Veículos – Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE / RCF-V R\$ 1

(1) Valores expressos em milhões de reais.

(2) Risco operacional das subestações, usinas, parques eólicos e fotovoltaicos.

(3) Responsabilidade civil geral de todos os segmentos do Grupo Neoenergia.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Transmissão S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2026.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia e de todas as controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

## 2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não
<b>Erro! Fonte de referência não e</b>	Tributos sobre o lucro diferidos
9.2	Perdas de crédito esperadas
10.1	Concessão do serviço público (ativo contratual)
13.3	Instrumentos financeiros derivativos
<b>Erro! Fonte de referência não e</b>	Provisão para processos judiciais

## 2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

### Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO <sub>2</sub> e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

### Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18/CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.  A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Remuneração do ativo contratual	613.087	537.337
Contrato de conexão ao sistema de transmissão – CCT	13.743	11.375
Receita de operação e manutenção	59.035	53.219
Ganho (perda) na RAP <sup>(1)</sup>	(1.549)	32.635
Construção de infraestrutura da concessão	236.616	3.482
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>920.932</b>	<b>638.048</b>
(-) Tributos gerais (nota 3.1)	(79.767)	(55.688)
(-) Encargos setoriais (nota 3.1)	(7.749)	(6.774)
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(87.516)</b>	<b>(62.462)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>833.416</b>	<b>575.586</b>

(1) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

#### 3.1 Deduções da receita bruta

	Consolidado	
	2025	2024
Outros tributos indiretos – correntes	(46.914)	(41.823)
Outros tributos indiretos – diferidos	(32.853)	(13.865)
<b>Tributos gerais</b>	<b>(79.767)</b>	<b>(55.688)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.776)	(4.334)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(2.090)	(1.693)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(883)	(747)
<b>Encargos setoriais</b>	<b>(7.749)</b>	<b>(6.774)</b>
<b>Total</b>	<b>(87.516)</b>	<b>(62.462)</b>

#### 3.2 Política contábil material e julgamentos críticos

##### a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão das transmissoras é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A Receita de remuneração do ativo contratual é reconhecida passagem do tempo pelo método de taxa efetiva de juros, oriunda da taxa juros implícito estabelecido no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.

A receita de operação e manutenção é reconhecida conforme obrigação de desempenho executadas no período. No caso das concessões do serviço público das linhas de transmissão, o reconhecimento ocorre a partir da entrada em operação comercial até o prazo de vencimento da concessão.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente para o negócio de distribuição e transmissão de energia, prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. A Companhia reavalia suas premissas de margem das obrigações de desempenho, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura vis-à-vis a complexidade e o deságio oferecido no valor da RAP de cada infraestrutura.

A taxa de juros implícita que remunera o ativo contratual varia entre 8% a.a. e 11% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos.

#### 4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(27)	-
Material	(99)	(783)
Serviços de terceiros	(102)	(1.510)
<b>Total</b>	<b>(228)</b>	<b>(2.293)</b>

#### 5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado			Controladora	
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
			2025		2025
Pessoal e benefícios a empregados	98	49	147	-	-
Serviços de terceiros	(47.369)	(2.195)	(49.564)	(83)	(83)
Depreciação e amortização	(621)	(917)	(1.538)	-	-
Provisão para processos judiciais	-	(802)	(802)	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(200)	(1.640)	(1.840)	(89)	(89)
Outras receitas (despesas), líquidas	(10.528)	(803)	(11.331)	(57)	(57)
<b>Total</b>	<b>(58.620)</b>	<b>(6.308)</b>	<b>(64.928)</b>	<b>(229)</b>	<b>(229)</b>

	Consolidado			Controladora	
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
			2024		2024
Pessoal e benefícios a empregados	(75)	-	(75)	-	-
Serviços de terceiros	(40.239)	(3.104)	(43.343)	(80)	(80)
Depreciação e amortização	(619)	(686)	(1.305)	-	-
Provisão para processos judiciais	-	3.012	3.012	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(132)	(292)	(424)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.325)	(951)	(6.276)	(82)	(82)
<b>Total</b>	<b>(46.390)</b>	<b>(2.021)</b>	<b>(48.411)</b>	<b>(162)</b>	<b>(162)</b>

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receltas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	19.431	35.764	860	2.256
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.004)	(1.724)	(56)	(127)
Juros e encargos de contas a receber de clientes	11	27	-	-
Atualização de depósitos judiciais	1.988	1.011	-	-
Outras receitas financeiras	-	2	-	-
	<b>20.426</b>	<b>35.080</b>	<b>804</b>	<b>2.129</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(1)</sup>	(204.230)	(177.717)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(4.531)	(3.815)	-	-
IOF	(195)	(592)	(4)	(405)
Outras despesas financeiras	(5.071)	(6.477)	(2.479)	(2.791)
	<b>(214.027)</b>	<b>(188.601)</b>	<b>(2.483)</b>	<b>(3.196)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>				
Outras variações monetárias, líquidas	1.511	1.609	361	462
	<b>1.511</b>	<b>1.609</b>	<b>361</b>	<b>462</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(192.090)</b>	<b>(151.912)</b>	<b>(1.318)</b>	<b>(605)</b>

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

## 7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

### 7.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### 7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>574.942</b>	<b>373.901</b>	<b>412.127</b>	<b>273.002</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%</b>	<b>(195.480)</b>	<b>(127.126)</b>	<b>(140.123)</b>	<b>(92.821)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	16.869	20.094	7.760	9.934
Incentivos fiscais	1.241	24	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	140.649	93.081
Diferença de presunção de base do lucro presumido	19.190	15.752	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	191	-	-	-
Atualização SELIC indêbitos tributários	567	594	123	157
Outras adições (reversões)	(5.879)	(10.237)	(8.895)	(10.351)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(163.301)</b>	<b>(100.899)</b>	<b>(486)</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28%</b>	<b>27%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Corrente	(6.211)	(3.370)	(486)	-
Diferido	(157.090)	(97.529)	-	-

### 7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	188.003	104.885
Diferenças temporárias		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(1.089.381)	(832.597)
Outros	11.628	7.595
<b>Total</b>	<b>(889.750)</b>	<b>(720.117)</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado
	Passivo
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(720.117)</b>
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	(12.543)
Efeitos reconhecidos no resultado	(157.090)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(889.750)</b>
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(622.588)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(97.529)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(720.117)</b>

### 7.1.3 Tributos sobre o lucro a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de Renda – IR	10.508	19.814	3.946	6.036
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	398	1.928	-	96
<b>Ativo</b>	<b>10.906</b>	<b>21.742</b>	<b>3.946</b>	<b>6.132</b>
Circulante	10.900	21.635	3.946	6.132
Não Circulante	6	107	-	-
Imposto de Renda – IR	374	264	138	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	249	169	94	-
<b>Passivo</b>	<b>623</b>	<b>433</b>	<b>232</b>	<b>-</b>
Circulante	623	433	232	-

### 7.1.4 Política contábil material e julgamentos críticos

#### a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste) e SUDAM (região Norte), que concedem redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

## b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## 7.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS	10.569	3.109	-	-
Outros tributos indiretos <sup>(1)</sup>	611.614	463.858	914	981
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.864	1.439	-	-
Outros	1.012	2.500	1.159	1.591
<b>Outros tributos</b>	<b>626.059</b>	<b>470.906</b>	<b>2.073</b>	<b>2.572</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.159	2.704	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	59	45	-	-
Outros	870	692	-	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>5.088</b>	<b>3.441</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>631.147</b>	<b>474.347</b>	<b>2.073</b>	<b>2.572</b>
Circulante	10.529	8.746	2.073	2.572
Não circulante	620.618	465.601	-	-

(1) Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

### 7.3 Reforma tributária

A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027.

Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória.

A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	22.009	11.280	-	2
Certificado de depósito bancário (CDB)	35.496	11.700	2.170	5.424
Fundos de investimento	59.342	76.646	2.321	1.243
<b>Total</b>	<b>116.847</b>	<b>99.626</b>	<b>4.491</b>	<b>6.669</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fundos exclusivos</b>				
Operações compromissadas	57.832	76.646	2.321	1.243
CDB	1.510	-	-	-

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			Consolidado 2024		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
<b>Concessionárias</b>						
Terceiros	58.533	(2.898)	<b>55.635</b>	45.785	(1.494)	<b>44.291</b>
Partes relacionadas	15.614	-	<b>15.614</b>	12.048	-	<b>12.048</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>74.147</b>	<b>(2.898)</b>	<b>71.249</b>	<b>57.833</b>	<b>(1.494)</b>	<b>56.339</b>

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		Consolidado 2024	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	64.950	(210)	56.205	(182)
<b>Saldos vencidos:</b>				
Entre 1 e 90 dias	152	(32)	135	(26)
entre 91 e 180 dias	848	(338)	262	(105)
entre 181 e 360 dias	2.013	(731)	214	(164)
Acima de 361 dias	6.184	(1.587)	1.017	(1.017)
	<b>74.147</b>	<b>(2.898)</b>	<b>57.833</b>	<b>(1.494)</b>

### 9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(1.491)</b>	<b>(2.423)</b>
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	(179)	-
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(1.228)	931
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	(2)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(2.898)</b>	<b>(1.494)</b>

### 9.2. Política contábil material e julgamentos críticos

#### a) Política contábil material

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O negócio de transmissão de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

## 10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

As concessões das Companhias de transmissão não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como "Ativos de Contrato" e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	Consolidado 2024
<b>Saldo Inicial do exercício</b>	<b>5.183.484</b>	<b>5.019.224</b>
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	922.431	-
Adições e remensuração do ativo contratual	248.774	45.920
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(481.345)	(418.997)
Remuneração do ativo contratual	613.087	537.337
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>6.486.431</b>	<b>5.183.484</b>
Circulante	559.490	436.552
Não circulante	5.926.941	4.746.932

### 10.1 Política contábil material e julgamentos críticos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas Companhias e estabelecem que:

#### a) Política contábil material

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho (veja nota 5.5(a)), a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, exceto quando proibidos no contrato de concessão, e que receberá toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

## b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, (ii) a taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente, (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato.

O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP.

A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revisitada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

### 11.1. Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>1.929.299</b>	<b>2.155.770</b>
Integralização de capital com investidas (nota 1)	230.281	-
Resgate de ações	-	(64.500)
Dividendos e JCP declarados	(343.157)	(435.739)
Equivalência patrimonial no resultado	413.674	273.768
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>2.230.097</b>	<b>1.929.299</b>

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JCP a receber:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>16.547</b>	<b>43.036</b>
Declarados	343.157	435.739
Imposto de renda retido na fonte	(4.018)	(4.481)
Recebidos	(202.845)	(457.747)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>152.841</b>	<b>16.547</b>

### 11.2. Relação das controladas

As empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	2025
SE Narendiba S.A. – Narendiba	Transmissão	100,00%
Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.– Jalapão	Transmissão	100,00%
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. – Santa Luzia	Transmissão	100,00%
Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. – EKTT 6	Transmissão	100,00%
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.– Dourados	Transmissão	100,00%
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.– Atibaia	Transmissão	100,00%
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.– Biguaçu	Transmissão	100,00%
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.– Sobral	Transmissão	100,00%
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A.– Sobral	Transmissão	100,00%

### 11.3 Política contábil material

Controlada é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As subsidiárias são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua investida.

## 12. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços	53.331	51.800	5	-
<b>Total</b>	<b>53.331</b>	<b>51.800</b>	<b>5</b>	<b>-</b>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 13.1. Dívida líquida

A Companhia avalia o caixa líquido de dívida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	212.131	228.077
Agências de fomento	1.993.461	1.799.897
Mercado de capitais	556.328	171.213
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.761.920</b>	<b>2.199.187</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(116.847)	(99.626)
(-) Títulos e valores mobiliários	(38.135)	(40.701)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.606.938</b>	<b>2.058.860</b>

### 13.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$").

#### a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Denominados em R\$</b>		
Indexados a taxas flutuantes	2.832.731	2.207.622
(-) Depósitos em garantia	(47.977)	-
(-) Custos de transação	(22.834)	(8.435)
	<b>2.761.920</b>	<b>2.199.187</b>
Circulante	156.664	109.837
Não circulante	2.605.256	2.089.350

## b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

			Consolidado
	Principal <sup>(1)</sup>	Juros <sup>(1)</sup>	Total
2026	104.391	102.305	206.696
2027	109.425	100.526	209.950
2028	114.165	98.621	212.785
2029	281.190	95.128	376.318
2030	124.487	68.136	192.623
Entre 2031 e 2035	711.610	291.316	1.002.925
Entre 2036 e 2040	876.442	179.077	1.055.519
2041 em diante	612.807	35.396	648.203
<b>Total</b>	<b>2.934.516</b>	<b>970.505</b>	<b>3.905.020</b>

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 11,80 anos.

## c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>2.199.187</b>	<b>2.033.817</b>
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	592.899	-
<b>Efeito no fluxo caixa:</b>		
Captações	-	162.000
Amortizações de principal	(101.106)	(92.272)
Pagamento de encargo de dívida	(109.386)	(82.076)
Depósitos em garantia	(23.904)	-
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	204.230	177.717
Variação cambial	-	1
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>2.761.920</b>	<b>2.199.187</b>

## d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

A Companhia não possui contratos financeiros, entretanto suas controladas possuem 100% dos contratos de dívidas com Covenants, que são calculados semestralmente ou anualmente e obrigam a manter (i) dívida líquida sobre o EBITDA abaixo ou igual ao limite contratual (5,5) ou (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima ou igual ao limite contratual (1,3). Também há apuração de Covenants com base nos saldos consolidados da Neoenergia S.A., de (i) dívida líquida sobre o EBITDA abaixo ou igual ao limite contratual (4,0).

A Companhia identificou o evento de não atingimento do índice de dívida líquida sobre o EBITDA, do Covenant presente na escritura de debênture da Controlada Neoenergia Atibaia, porém a escritura prevê o descumprimento por 1 (um) período ao longo da vigência da Emissão sem ensejar Evento de Inadimplemento.

As controladas possuem Covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de Covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

### 13.3. Política contábil material

As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

## 14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão para processos judiciais	53.823	40.247
Provisão para obrigações ambientais	14.728	14.272
<b>Total Não circulante</b>	<b>68.551</b>	<b>54.519</b>

### 14.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

#### a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis e trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>40.247</b>	<b>42.151</b>
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	8.359	-
Adições e reversões, líquido	830	(4.643)
Atualizações monetárias	4.387	2.739
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>52.823</b>	<b>40.247</b>

#### b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Processos cíveis (i)	26.774	33.661
Processos trabalhistas (ii)	1.462	724.176
Processos fiscais (iii)	1.671	1.511
<b>Total</b>	<b>29.907</b>	<b>759.349</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) Processos cíveis: refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m;
- (ii) Processos trabalhistas: referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.

(iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

#### c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2025	Consolidado 2024
Processos cíveis	27.156	16.553
Processos fiscais	15.324	4.752
<b>Total</b>	<b>42.480</b>	<b>21.305</b>

## 14.2. Política contábil material e julgamentos críticos

### a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

### b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 14.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.032.542 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.199.059), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.032.542.034 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	1.016.271.017	50%	1.016.271
Warrington Investment Pte. Ltd	901.229.138	44,34%	901.229
Unique Power FIP	115.041.879	5,66%	115.042
<b>Total</b>	<b>2.032.542.034</b>	<b>100%</b>	<b>2.032.542</b>

## 14.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	411.641	273.002	411.641	273.002
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.895.003	1.802.259	1.895.003	1.802.259
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,22</b>	<b>0,15</b>	<b>0,22</b>	<b>0,15</b>

### b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>411.641</b>	<b>273.002</b>
Reserva legal	(20.582)	(13.650)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>
<b>Remuneração</b>		
Minima obrigatória <sup>(1)</sup>	97.765	64.838
Remuneração adicional	12.767	69.001
Dividendos adicionais propostos	280.527	125.513
	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>
<b>Natureza da remuneração</b>		
Dividendos	368.235	230.135
Juros sobre capital próprio	22.824	29.217
	<b>391.059</b>	<b>259.352</b>
<b>Remuneração total por ação</b>	<b>0,192</b>	<b>0,144</b>

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF.

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
AGO de 21 de março de 2025	Dividendos adicionais propostos 2024	125.513	0,0617515
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	2.003	0,0009854
RCA de 30 de abril de 2025	Dividendos intermediários	37.708	0,0185521
RCA de 26 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	3.157	0,0015532
RCA de 25 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio	9.943	0,0048919
RCA de 30 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	50.000	0,0245997
RCA de 18 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	7.721	0,0037986
<b>Total</b>		<b>236.045</b>	

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo ao início do exercício</b>	<b>9.012</b>	<b>35.191</b>	<b>9.012</b>	<b>26.181</b>
Dividendos distribuídos	236.045	159.407	236.045	159.407
Imposto de renda retido na fonte	(3.424)	(4.382)	(3.424)	(4.382)
Dividendos pagos no exercício	(205.570)	(181.204)	(205.570)	(172.194)
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>36.063</b>	<b>9.012</b>	<b>36.063</b>	<b>9.012</b>

### 14.3 Reserva de lucros

#### a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

### 14.4 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

## 15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

#### 15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025		
	Controladora	Controladas	Acionistas e outros
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	-	15.614
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	152.841	-	-
<b>Total</b>	<b>152.841</b>	<b>-</b>	<b>15.614</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	-	-	3.641
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	152.841	36.063
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>152.841</b>	<b>39.704</b>

	2024		
	Controladora	Controladas	Acionistas e outros
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	-	12.048
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	16.547	-	-
<b>Total</b>	<b>16.547</b>	<b>-</b>	<b>12.048</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	-	-	3.049
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	16.547	9.012
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>16.547</b>	<b>12.061</b>

## Neoenergia Transmissão S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 15.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	2025	2024
	Acionistas e outros	Acionistas e outros
<b>Resultado do período</b>		
Receita operacional líquida (a)	87.763	78.461
Custos dos serviços (c)	(42.071)	(26.457)
<b>Total</b>	<b>45.692</b>	<b>52.004</b>

## 15.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2048	8.041	18.818
a)	Neoenergia Coelba	TUST/CCT	IPCA	25 anos	2027	4.288	37.977
a)	Neoenergia Cosern	TUST/CCT	IPCA	30 anos	2027	939	8.016
a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2027	995	9.725
a)	Neoenergia Pernambuco	TUST	IPCA	30 anos	2060	777	7.143
b)	Neoenergia Dourados	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	33.250	-
b)	Neoenergia Rio Formoso	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	233	-
b)	Neoenergia Itabapoana	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	10.443	-
b)	Neoenergia Jalapão	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	70.729	-
b)	Neoenergia Santa Luzia	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	26.301	-
b)	Neoenergia Sobral	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	3.485	-
b)	Narandiba	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	8.401	-
b)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	(18.031)	-
b)	Warrington Investment Pte. Ltd	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2026	(18.031)	-
c)	Elektro O&M	Operação e Manutenção - O&M	IPCA	5 anos	2028	(3.640)	(42.055)

## 15.4 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos Administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista Neoenergia S.A.

## 16 CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	57.506	59.341	22.980	76.646
Títulos e valores mobiliários	17.954	20.181	2.107	38.594
Contas a receber de clientes e outros	74.147	-	57.833	-
Outros ativos financeiros	15.920	-	10.040	-
	<b>165.527</b>	<b>79.522</b>	<b>92.960</b>	<b>115.240</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	53.331	-	51.800	-
Empréstimos e financiamentos	2.761.920	-	2.199.187	-
Outros passivos financeiros	35.736	-	14.547	-
	<b>2.850.987</b>	<b>-</b>	<b>2.265.534</b>	<b>-</b>

## Neoenergia Transmissão S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2025		Controladora 2024	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.170	2.320	5.426	1.243
	<b>2.170</b>	<b>2.320</b>	<b>5.426</b>	<b>1.243</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	5	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

#### 16.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 (análise de sensibilidade).

#### 16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado Nível 2	
	2025	2024
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	59.341	76.646
Títulos e valores mobiliários	20.181	38.594
	<b>79.522</b>	<b>115.240</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

#### 16.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		Consolidado 2024	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	2.761.920	2.694.967	2.199.187	2.145.321

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

#### 16.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

##### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

##### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### 16.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	180.950	6.187	(888)	(1.791)
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Empréstimos e financiamentos</b>							
Dívida em CDI	CDI	Alta do IPCA	14,90%	(88.327)	(14.225)	(2.134)	(4.267)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(2.658.122)	(209.466)	(15.827)	(31.653)

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Membros**

CARLOS HENRIQUE QUADROS CHOQUETA  
MARCEL JUN TAMURA  
PEDRO WEISS  
LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES

Mariana Duarte Flaibam  
**Diretora Financeira**

Fabiano Uchoas Ribeiro  
**Diretor de Operações da Companhia**

**CONTADOR**

Rodrigo Campos Leonardo  
CRC RJ – Nº 110652/O-1